



**PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Diébora Muritz Leão
Assistente Técnico/Educacional
SME/ATP/Con:
RF: 567.983

CONVÊNIO Nº 124 / SME/2010 - RP
DIRETORIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – DRE IPIRANGA
PROCESSO: 2010-0.126.265-0
DOTAÇÃO: 16.11.12.365.1121.2.825.3.3.90.39.00.00

**OBJETO: CRECHE/CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL
CEI SANTO ANTONIO**

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - P.M.S.P., por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, doravante designada, simplesmente, SME, neste ato representada pelo(a) Secretário, Senhor Alexandre Alves Schneider e o (a) **LIGA DAS SENHORAS CATOLICAS DE SÃO PAULO**, sita à Rua Capote Valente nº 1332, Pinheiros, São Paulo, CEP 05409-003, C.N.P.J. nº 60.597.044/0001-72, doravante designada simplesmente CONVENIADA, por meio do seu representante legal ao final qualificado, assinam o presente termo, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio destina-se ao atendimento às crianças por meio de Centro de Educação Infantil/Creche, segundo as diretrizes técnicas da Secretaria Municipal de Educação e de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pela Diretoria Regional de Educação.

- 1.1-** O atendimento será inteiramente gratuito para o usuário.
- 1.2-** O Plano de Trabalho poderá ser reformulado a qualquer tempo, por solicitação de qualquer uma das partes, desde que as alterações ocorram por mútuo assentimento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente convênio passa a vigorar a partir de **01/07/2010**, pelo prazo inicial de 30 (trinta) meses, admitida sua prorrogação por iguais períodos, mediante termo de aditamento, precedido de parecer conclusivo da Diretoria Regional de Educação quanto à continuidade dos serviços, desde que qualquer das partes conveniadas não manifeste, por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, a intenção de encerrar o convênio.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS(as) CEI/CRECHES CONVENIADOS(as)

A CONVENIADA manterá em funcionamento uma Creche/ Centro de Educação Infantil com as seguintes características:

- 3.1 NOME: CEI SANTO ANTONIO**
- 3.2 ENDEREÇO: Rua Fiação da Saúde, nº 425 – Jabaquara**
- 3.3 CAPACIDADE CONVENIADA: 70 , SENDO 33 DE BERÇÁRIO**
- 3.4 FAIXA ETÁRIA 00 a 02 ANOS**
- 3.5 VALOR DO "PER CAPITA": 60=R\$ 282,15 10=R\$ R\$ 225,50**
- 3.6 VALOR DO BERÇÁRIO: 33 = R\$ 90,75**
- 3.7 VALOR DO PAGAMENTO MENSAL:..... R\$ 19.184,00**
- 3.8 VALOR DO ADICIONAL BERÇÁRIO: R\$ 2.994,75**
- 3.9 VALOR DA VERBA DE IMPLANTAÇÃO: R\$ 0,00**
- 3.10 VALOR DA VERBA DE INSTALAÇÃO : R\$ 0,00**
- 3.11 VALOR DO PAGAMENTO TOTAL MENSAL: R\$ 22.178,75**
- 3.12 MODALIDADE DO SERVIÇO : RP**

CLÁUSULA QUARTA - DAS COMPETÊNCIAS E OBRIGAÇÕES

4.1 Compete à SME, por meio da Diretoria Regional de Educação:

- I.** Supervisionar, técnica e administrativamente, os serviços conveniados, desde a sua implantação;
- II.** Indicar parâmetros e requisitos mínimos para as funções e atividades;
- III.** Indicar a necessidade de formação continuada do pessoal;



PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Assistente Técnico Educacional
SME/EA/Convenios
RF: 56783-4

- IV.** Acompanhar o serviço e fiscalizar o adequado uso da verba e o cumprimento das cláusulas do Convênio, dos padrões de qualidade dos serviços e do Plano de Trabalho aprovado;
- V.** Fornecer gêneros alimentícios necessários às crianças e aos funcionários, por intermédio do Departamento de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com os padrões e sistemática por ela estabelecidos;
- VI.** Emitir Termo de Entrega referente à relação dos bens fornecidos pela Diretoria Regional de Educação e/ou adquiridos com a verba de implantação e do adicional, devidamente caracterizados e identificados, que será necessariamente anexado ao processo administrativo correspondente, do qual conste o recebimento pelo representante legal da CONVENIADA;
- VII.** Emitir relatório mensal sobre a qualidade dos serviços prestados pela conveniada, visando a assegurar o exato cumprimento das obrigações contidas no termo de convênio e conseqüente liberação de pagamentos posteriores.
- VIII.** Indicar prazo para adoção de providências necessárias, no caso de constatação de irregularidades.
- IX.** Emitir parecer técnico conclusivo para celebração/aditamento do convênio mediante a análise e regularidade de toda a documentação exigida e atendimento às disposições legais vigentes.

4.2- Compete à CONVENIADA:

- I.** Prestar atendimento à criança, conforme o proposto no Plano de Trabalho e Projeto Pedagógico;
- II.** Proporcionar amplas e iguais condições de acesso à população, sem discriminação de nenhuma natureza;
- III.** Contratar por sua conta, pessoal qualificado e necessário à prestação de serviço, conforme orientações técnicas da Secretaria Municipal de Educação, comprometendo-se a cumprir a legislação vigente, em especial a trabalhista e previdenciária. O quadro de Recursos Humanos a ser contratado pela CONVENIADA, coberto pelo valor recebido mensalmente, deverá seguir rigorosamente o apontado no Plano de Trabalho;
- IV.** Manter recursos humanos, materiais e equipamentos adequados e compatíveis, visando ao atendimento dos serviços que se obriga a prestar, bem como alcançar os objetivos deste Convênio;
- V.** Arcar com as despesas decorrentes de:
- Pagamento do aluguel, encargos, impostos e taxas incidentes sobre o imóvel, quando for o caso;
 - Cobertura de gastos com reforma e ampliações, quando for o caso;
 - Complementação de despesas eventuais que ultrapassem o valor do "per capita" fixado;
- VI.** Garantir direitos da criança, dos usuários e de seus funcionários na avaliação dos serviços prestados pelo Convênio, bem como no acesso às informações como Plano de Trabalho, Projeto Pedagógico e Termo de Convênio;
- VII.** Manter, pelo prazo de 5(cinco) anos, registro das provas de aplicação dos recursos, tais como notas fiscais e demais demonstrativos das despesas, o qual permanecerá à disposição dos órgãos públicos competentes para sua eventual apresentação quando solicitada, de acordo com a conveniência da administração.
- VIII.** Prestar contas do adicional no mês de janeiro do exercício seguinte ao recebimento e quando concedida, da verba de implantação, no prazo máximo de até 03 (três) meses do seu recebimento.
- IX.** Manter os seguintes instrumentais devidamente preenchidos e atualizados:
- Ficha Individual de Matrícula;
 - Livro de presença diária, com relação nominal das crianças, registro do controle de frequência e das atividades desenvolvidas.
 - Instrumentais de controle dos gêneros alimentícios;
 - Instrumentais de registro de cadastro, inclusive no Sistema EOL;
- X.** Entregar em datas estabelecidas pela Diretoria Regional de Educação, no cronograma e execução de serviços (calendário anual):
- Relatório mensal do número de refeições servidas;
 - Relatório de estoque dos gêneros não perecíveis;
 - Outros que, eventualmente, a Secretaria Municipal de Educação, por meio da Diretoria Regional de Educação possa solicitar para o acompanhamento e avaliação da CONVENIADA.
- XI.** Atender às orientações previstas nas normas técnicas do Departamento de Merenda Escolar da Secretaria Municipal de Educação, quanto aos procedimentos para oferta às crianças de alimentação equilibrada e saudável.



PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

123
Deputado Municipal Leão
Assistente Técnico Educacional
SME/PMSP/Convênios
RF 567.983-4

- XII.** Cumprir o Calendário de Atividades previsto em Portaria específica e publicado anualmente em D.O.C.;
- XIII.** Colocar e manter placa cedida pela PMSP em local visível e frontal ao(à) CEI/Creche;
- XIV.** Fazer constar em todas as suas publicações, materiais promocionais e de divulgação de suas atividades e eventos, informações sobre o Convênio celebrado com a SME;
- XV.** Comunicar à SME, por meio da Diretoria Regional de Educação, toda e qualquer alteração ocorrida em seus estatutos, mudanças de diretoria ou substituição de seus membros;
- XVI.** Não utilizar nenhuma parcela dos recursos financeiros repassados pela SME/Diretoria Regional de Educação para outros fins que os não previstos nem especificados no Plano de Trabalho aprovado.
- XVII.** Zelar e manter o prédio, os equipamentos e o material de consumo em condições de higiene e segurança, de forma a garantir o desenvolvimento das atividades programadas, com qualidade;
- XVIII.** Zelar pelo imóvel e mobiliário municipal, quando for o caso, os quais deverão ser mantidos em adequadas condições de uso e perfeito funcionamento, responsabilizando-se pela necessária manutenção, reparos e reposição destes, arcando, inclusive, com o pagamento das contas referentes às concessionárias de serviços públicos;
- XIX.** Instalar linha telefônica nos CEI/Creches municipais ou locados pela Municipalidade que passam a integrar a rede indireta e particular conveniada;
- XX.** Devolver, ao término do Convênio, todos os bens móveis públicos municipais que se encontrem em seu poder, relacionados no Termo de Entrega constante do processo administrativo identificado no preâmbulo do presente termo, assumindo, o representante legal da CONVENIADA, a condição de FIEL DEPOSITÁRIO destes;
- XXI.** Apresentar via "on line", os dados referentes às matrículas, turmas e demais informações julgadas necessárias e solicitadas pela Diretoria Regional de Educação;
- XXII.** Recolher 21,57% sobre o total das despesas com recursos humanos, a título de provisão /fundo de reserva em conta poupança específica, com intuito de garantir pagamentos referentes ao 13º salário, à remuneração de férias anuais acrescidas de 1/3 e aos encargos oriundos de rescisões trabalhistas.
- XXIII.** Restituir, ao final do convênio, o saldo financeiro não utilizado do fundo de reserva aludido no inciso anterior.

4.2.1- Quando se tratar de próprio municipal ou locado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, fica estabelecido que a CONVENIADA é gerenciadora dos bens municipais, devendo restituí-los nas mesmas condições de sua entrega, uma vez findo ou denunciado o convênio, respeitado o desgaste do período de utilização e a durabilidade destes.

4.2.2- Quando se tratar de CEI/Creche particular conveniada, fica estabelecido que a CONVENIADA é gerenciadora dos bens adquiridos com recursos provenientes de verbas específicas do convênio, doados/incorporados à Prefeitura do Município de São Paulo, devendo restituí-los nas mesmas condições de sua entrega, uma vez findo ou denunciado o convênio, respeitado o desgaste do período de utilização e a durabilidade destes.

4.2.3- Os CEI da rede indireta e os CEI/Creches da rede particular conveniada poderão adquirir bens permanentes com a verba de implantação e do adicional, caso em que esses bens deverão ser objeto da doação e incorporação à PMSP/SME, no prazo de 30 (trinta) dias após a prestação/aprovação de contas, conforme Decreto 50.733/09, de 14/07/09, sob pena de desconto do valor do bem não incorporado, na primeira parcela do adicional subsequente.

CLÁUSULA QUINTA - DO FUNCIONAMENTO

Fica convencionado que o(a) CEI/Creche objeto deste termo, deverá funcionar por um período mínimo de 5 (cinco) dias por semana, totalizando a carga horária mínima de 10 (dez) horas diárias.

5.1- Os horários de início e término do serviço, serão estabelecidos com a participação dos usuários, de forma a atender às necessidades destes.

CLÁUSULA SEXTA - DAS FÉRIAS

O CEI/Creche deverá ser fechado para férias previstas no Cronograma e Execução de Serviços (Calendário Anual de Funcionamento), de acordo com período estabelecido pela SME em Portaria específica, publicada no D.O.C., independentemente da data de celebração do convênio.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO "PER CAPITA"



PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O "per capita" mensal a ser pago à CONVENIADA previsto na Cláusula Terceira deste termo, é devido por criança matriculada na unidade conveniada, podendo, ser relevadas as ausências justificadas por meio de comprovante de atendimento à saúde (atestado médico, receituário, atestado de comparecimento para consulta ou realização de exames laboratoriais ou outro documento firmado por profissional da saúde) ou declaração dos próprios pais ou responsáveis (nos casos de viagem, férias, doença em família e outros).

7.1- O abono das faltas a que se refere o item anterior fica a critério do Diretor do CEI/Creche com a devida verificação da Supervisão Escolar da Diretoria Regional de Educação;

7.2- A SME assegura o pagamento das crianças que ultrapassarem a idade estabelecida na Cláusula Terceira – FAIXA ETÁRIA, até 31 de janeiro do exercício subsequente.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

Para ocorrer o repasse dos recursos mensais referentes ao "per capita", a CONVENIADA deverá apresentar à SME/ Diretoria Regional de Educação, até o dia 20 do mês da prestação dos serviços, o requerimento acompanhado dos seguintes documentos:

- a) original ou cópia autenticada conferida com o original, da folha de frequência das crianças matriculadas, relativa ao período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês anterior;
- b) a nota fiscal de prestação de serviços emitida nos termos da Instrução Normativa SF/SUREM nº. 8, de 02 de junho de 2009 e do Comunicado SME nº 1438, de 24/07/2009;
- c) original ou cópia autenticada conferida com o original do comprovante individual de pagamentos dos funcionários e da comprovação de recolhimento dos respectivos encargos sociais (GPS, FGTS e outros);
- d) planilha de aplicação mensal dos recursos financeiros (Anexo VII - Item 9);
- e) comprovantes (nota fiscal, cupom fiscal, recibo) das despesas relacionadas na planilha de aplicação mensal dos recursos financeiros, não necessitando juntar cópias destes no processo de pagamento.
- f) cópia do recibo do pagamento do aluguel, se for o caso;
- g) extrato da conta poupança referida no inciso XXII do item 4.2 da Cláusula Quarta, acompanhado de planilha e documentos comprobatórios do uso dos recursos financeiros, quando for o caso.

8.1- Excepcionalmente, o primeiro repasse após a celebração do termo do convênio será efetivado com a apresentação, apenas, do contido na alínea "b" e a relação nominal das crianças devidamente matriculadas. A partir do segundo repasse, a conveniada deverá apresentar todos os documentos para a prestação de contas referente ao mês anterior da prestação dos serviços.

8.2- No prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação do pagamento, a Diretoria Regional de Educação juntará o relatório de supervisão escolar e emitirá parecer técnico conclusivo da execução do Convênio e, se favorável, será encaminhado para a liquidação e pagamento da despesa.

8.3- O pagamento será programado até o terceiro dia útil do mês seguinte da sua solicitação, desde que satisfeitas as condições previstas neste convênio e no Plano de Trabalho aprovado.

8.4- Para receber o pagamento do "per capita" no período de férias, considera-se a frequência comprovada do mês anterior ao fechamento. Durante o período, resguardados os valores destinados a recursos humanos, a conveniada poderá utilizar os recursos financeiros do convênio para a reposição de utensílios e manutenção do imóvel, a fim de garantir melhor qualidade nos serviços prestados, materiais pedagógicos e despesas previstas no Plano de Trabalho.

8.5- O pagamento ficará suspenso, caso venha a ocorrer a necessidade de providências complementares por parte da CONVENIADA, a pedido da Diretoria Regional de Educação.

8.6- A Conveniada poderá efetuar despesas de modo a completar o gasto mensal estimado para manutenção dos serviços durante o semestre, visando obter melhor relação custo benefício.

8.6.1- Os saldos não gastos no semestre civil deverão ser descontados na prestação de contas do primeiro mês do semestre seguinte.

8.7- No caso de a entidade proprietária do imóvel manter sua sede no mesmo local de funcionamento do CEI/Creche, as despesas com concessionárias (energia elétrica, telefone, água, etc...) não poderão exceder à média mensal do gasto de unidade de capacidade similar.

8.8 - Na prestação de contas referente ao mês de abril deverá ser apresentado o último balanço geral para verificação da regularidade financeira da entidade, atestada por contador com registro no CRC.

8.8.1- A não apresentação do balanço geral ou a não comprovação da regularidade financeira da entidade poderá acarretar a denúncia do Termo de Convênio.



**PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

0125
Débora Muniz Leão
Assistente Técnico Educação
SME/ATP/Convên
RF: 567.983-4

CLÁUSULA NONA – DOS DESCONTOS

Deverão ser descontados na prestação de contas:

- a) os saldos não gastos no semestre civil;
- b) as despesas com recursos humanos, nos casos em que o quadro de recursos humanos não esteja em conformidade com o proposto no Plano de Trabalho, respeitado o prazo de 30 (trinta) dias para a nova contratação.
- c) o valor correspondente ao dia de não funcionamento por descumprimento do Calendário de Atividades.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA VERBA DE IMPLANTAÇÃO

Para receber a verba de implantação a CONVENIADA deverá, imediatamente após a formalização do presente termo, apresentar à Diretoria Regional de Educação os seguintes documentos:

- a) requerimento de solicitação do pagamento, de acordo com o Anexo VII - Item 2;
 - b) relação nominal de crianças inscritas/matriculadas;
 - c) relatório detalhado das atividades de implantação;
- 10.1-** No prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da solicitação do pagamento, a Diretoria Regional de Educação emitirá parecer técnico conclusivo sobre as atividades de implantação e, se favorável, será encaminhado para a liquidação e pagamento da despesa.
- 10.2-** O pagamento será programado dentro de 10 (dez) dias a contar da data do recebimento da sua solicitação, desde que satisfeitas as condições previstas neste termo e nas normas gerais para celebração de convênios.
- 10.3-** A prestação de contas da verba de implantação deverá ocorrer no prazo máximo de até 03 (três) meses, após o seu recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ADICIONAL

Será concedido à conveniada, anualmente, um adicional destinado:

- a) à execução de melhorias em suas instalações e a aquisição de bens permanentes, de modo a garantir condições de habitabilidade e de funcionamento compatíveis com a responsabilidade pública quanto à segurança de uso dos serviços de ocupação coletiva;
 - b) às despesas relativas à qualificação de pessoal para garantir o adequado padrão de desempenho do serviço;
 - c) às despesas com contratação de recursos humanos, até 70% do valor do adicional.
- 11.1-** O adicional somente poderá ser gasto a partir do seu efetivo recebimento e até o final do exercício, sendo que os comprovantes da despesa para prestação de contas deverão ser apresentados até o dia 30 do mês de janeiro do exercício seguinte;
- 11.1.1-** Os comprovantes de despesa para a prestação de contas deverão ser emitidos dentro desse período.
- 11.2-** O adicional será pago da seguinte forma:
- a) Para o convênio celebrado até 31 de maio, a conveniada receberá um adicional equivalente a 100% do repasse mensal, pagos em duas parcelas, sendo 50% no mês de junho e 50% no mês de outubro;
 - b) Para o convênio celebrado no período de 01 de junho a 31 de outubro, a conveniada receberá um adicional equivalente a 50% do repasse mensal, pagos em uma única parcela no mês de outubro.
 - c) O convênio celebrado no período de 01 de novembro a 31 de dezembro não fará jus ao recebimento do adicional no ano de sua celebração;
- 11.3 -** O saldo do adicional não gasto no exercício do respectivo pagamento deverá ser descontado no pagamento da primeira parcela do adicional do exercício seguinte ao do recebimento, salvo nos casos de extinção do convênio, quando o desconto deverá ocorrer na prestação final de contas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO ADITAMENTO

12.1- Por acordo entre as partes, o convênio poderá ser aditado nos casos de acréscimo ou redução do número de atendidos, alteração de endereço, prorrogação de prazo ou qualquer outra modificação que não esteja contemplada no termo de convênio inaugural;

12.2- Não se faz necessária a formalização do termo de aditamento nos seguintes casos:

- a) alteração do valor do "per capita";
- b) alteração de faixa etária, desde que não haja repercussão financeira e/ou alteração do espaço físico;



**PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

c) modificação do nome do logradouro onde o CEI/Creche está instalado;

d) modificação do nome do CEI/Creche.

12.2.1- Para as hipóteses previstas nas alíneas "b", "c" e "d" deverão ser providenciados, adendo ao Plano de Trabalho, a ser submetido à deliberação e aprovação da Supervisão Escolar e do Diretor Regional de Educação;

12.2.2- Devidamente instruído e com as manifestações favoráveis dos Setores Técnicos responsáveis das Diretorias Regionais de Educação, o processo deverá ser encaminhado ao setor competente da SME, para os registros pertinentes.

12.3- Os procedimentos relativos à formalização de termos de aditamento deverão ser os mesmos adotados para a celebração inicial, devendo ser apresentados os seguintes documentos:

a) ofício do representante legal da entidade dirigido ao secretário Municipal de Educação, solicitando e justificando o objeto a ser aditado;

b) adendo ao Plano de Trabalho contemplando a alteração que modifique as condições inicialmente pactuadas;

c) ata de eleição e posse da atual diretoria;

d) estatuto social atualizado;

e) certidão Negativa de Débito da Previdência Social – CND

f) certidão de Tributos Mobiliários;

g) certidão de regularidade junto ao FGTS;

h) planta arquitetônica ou croqui do imóvel com as dimensões das dependências onde se dará o atendimento, especificando o número de crianças por ambiente de aprendizagem;

i) declaração de inexistência de servidores públicos municipais nos quadros de dirigentes da Instituição;

j) declaração de capacidade máxima de atendimento atualizada.

12.3.1 – Na hipótese da situação da entidade permanecer inalterada, fica dispensada a apresentação dos documentos mencionados nas alíneas "c", "d" e "j" deste item 12.3, bastando a apresentação de declaração da presidência da entidade de que não houve alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS PRAZOS E DA EXTINÇÃO DO CONVÊNIO

13.1- O presente convênio terá a duração indicada na Cláusula Segunda, podendo ser extinto:

13.1.1- Por inadimplência de suas cláusulas;

13.1.2- A qualquer tempo por uma das partes, desde que haja aviso prévio, por escrito, com o mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência, devendo a CONVENIADA, durante este período ser co-responsável, juntamente com a SME, por meio da Diretoria Regional de Educação, pelo encaminhamento das crianças para outras unidades educacionais.

13.2- Constatada a ocorrência de irregularidades pela SME, por meio da Diretoria Regional de Educação, a CONVENIADA deverá ser cientificada, por intermédio de notificação emitida pela própria Diretoria Regional de Educação;

13.3- A CONVENIADA poderá apresentar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da data do recebimento da notificação de irregularidades, justificativa e/ou proposta de correção para apreciação e decisão da SME, por meio da Diretoria Regional de Educação;

13.4- A cópia da notificação de ocorrência de irregularidades, devidamente assinada pelas partes, da justificativa e da proposta de correção, integrarão o processo administrativo identificado no preâmbulo do presente termo;

13.5- Após a justificativa de que trata o item 13.3, ou transcorrido o prazo sem manifestação da Conveniada, a Diretoria Regional de Educação competente, após a devida análise, encaminhará o processo devidamente instruído, propondo justificadamente a medida a ser adotada, para deliberação da SME quanto à extinção do convênio.

13.6- Sem prejuízo do procedimento previsto nos itens 13.2 a 13.5, o pagamento à Conveniada será suspenso, na hipótese do item 8.5 deste Convênio.

13.7- Após a denúncia do convênio, a entidade deverá comparecer à Diretoria Regional de Educação - DRE para a prestação de contas final, com todos os encargos trabalhistas quitados, bem como providenciar a devolução do saldo da poupança, em havendo, no prazo máximo de 60 dias, sob pena de inscrição no CADIM. Esgotado o prazo e não atendido ao previsto, a Diretoria Regional de Educação, após instrução do processo, inclusive com observância à Ordem Interna 01/2004 – PREF/GAB, deverá



PREFEITURA DA CIDADE DE SÃO PAULO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

124
Diretor Municipal de Educação
Assistente Administrativo
SME/PROF/CA/00000000
RP/ 56. 2017

encaminhar o processo à Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal de Educação, a fim de que sejam tomadas as providências administrativas, cíveis e criminais contra a conveniada e seus dirigentes

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CUSTAS

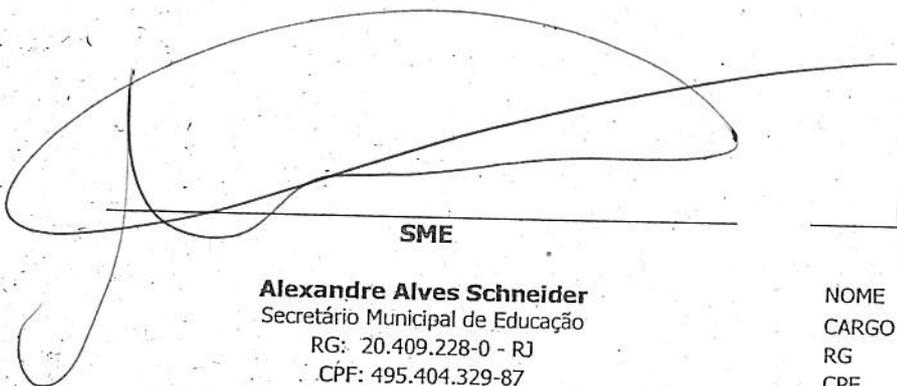
A CONVENIADA fica dispensada do pagamento do preço concernente à elaboração e lavratura do presente instrumento e eventuais Termos de Aditamento em conformidade com o disposto na legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

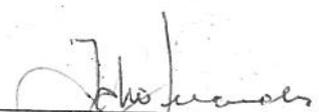
Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou litígio oriundos deste Convênio.

E, por estarem concordes, é lavrado o presente Instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, o qual, lido e achado conforme, é assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo identificadas, sendo uma das vias arquivadas junto a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização de Convênios da Secretaria Municipal de Educação.

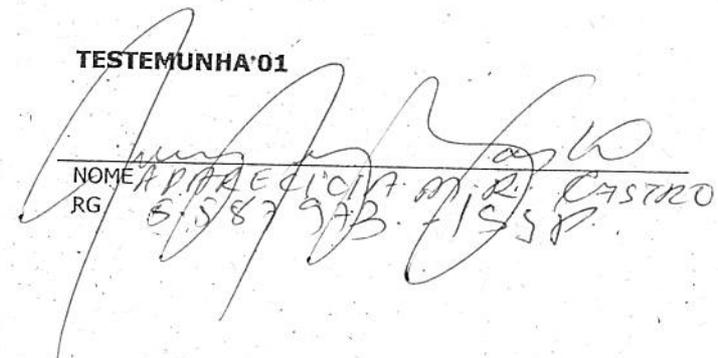
São Paulo, 31 de maio de 2010.



SME
Alexandre Alves Schneider
Secretário Municipal de Educação
RG: 20.409.228-0 - RJ
CPF: 495.404.329-87



CONVENIADA
NOME EUSIO FERNANDES
CARGO PROCURADOR
RG 3.780.585-7
CPF 047.837.048-15

TESTEMUNHA 01


NOME ARPAECCIANA M. R. CASTRO
RG 5158797B-11558

TESTEMUNHA 02


NOME LIDIA M. B. DO VALE
RG 6939694-2